

ANÁLISE DAS OPERAÇÕES DE INVESTIMENTO RURAL COM RECURSOS DO BNDES NO SICREDI REGIÃO DOS VALES-RS

*Bruno de Conto*¹

*Adalberto Schnorrenberger*²

*Rodrigo Dullius*³

Resumo: Este estudo teve por objetivo analisar as operações de crédito para investimento rural com recursos do BNDES no Sicredi Região dos Vales. Para tanto, foram pesquisadas as operações de crédito para investimento rural com recursos do BNDES liberadas no Sicredi Região dos Vales entre 1º/07/2003 e 31/07/2008, sob as seguintes linhas de crédito: Finame Agrícola, Linha Especial de Financiamento Agrícola, Moderagro, Moderfrota, Moderinfra, Prodeagro, Prodefruta e Pronaf. Os resultados provenientes da análise da base de dados foram expressos em tabelas, gráficos e linguagem textual.

Palavras-chave: Investimento. Crédito rural. BNDES.

1 INTRODUÇÃO

A globalização trouxe consigo uma série de transformações, influenciando mundialmente a maneira como as tendências sociais e econômicas exercem os seus poderes. O sistema financeiro, por exemplo, é um dos segmentos mais afetados por esse processo, porém nem todas as consequências dessas mudanças são conclusivas. Algumas delas já podem ser apontadas, como, o desenvolvimento financeiro simultâneo em diversas regiões do mundo (BÚRIGO, 2007).

De acordo com esse autor, o avanço tecnológico e o processo de desregulamentação do setor bancário têm permitido a criação e implantação de produtos e serviços financeiros com níveis de sofisticação nunca antes vistos, serviços estes que não raro destoam da tradição e

¹ Bacharel em Gestão de Micro e Pequenas Empresas, Estudante de Administração da Univates

² Doutor em Agronegócio pela UFRGS e Professor da Univates

³ Mestre em Administração-Finanças pela UFRGS e Professor da Univates

experimentação pré-globalização que estas instituições financeiras possuíam.

Faz-se útil a respeito das modificações no ofício dos bancos na sociedade atual a citação abaixo:

[...] abandonaram uma parte de seu trabalho tradicional [...] não desejam financiar mais os pequenos projetos [e] procuram fugir dos pequenos clientes. [...] Eles preferem abandonar uma franja de seus clientes e seus negócios, e se concentrar sobre novas atividades muito mais rentáveis, como a gestão de ativos (BÚRIGO, 2007).

Em clara oposição ao abandono das causas sociais pela busca inconsequente do lucro, o SICREDI, por se tratar de uma sociedade de pessoas sem fins lucrativos, “objetiva promover a captação de recursos financeiros para financiar as atividades econômicas dos cooperados” (SCHARDONG, 2002), devendo atuar como “agente de desenvolvimento local” (BÚRIGO, 2007) e “instrumento de organização econômica da sociedade” (SCHARDONG, 2002).

Os investimentos em projetos rurais viabilizados por créditos de longo prazo, desde que realizados de maneira correta e consciente, são valiosas ferramentas de desenvolvimento econômico e social, enquadrando-se nas necessidades das pequenas propriedades rurais da região dos Vales.

Nos últimos anos nota-se crescente demanda por crédito para investimentos nas cadeias de produção e, ao mesmo tempo, o interesse governamental no desenvolvimento e fortalecimento do setor produtivo rural. O intuito do governo neste sentido pode ser evidenciado pelos seus esforços no incremento de programas oficiais de incentivos e pelas crescentes dotações orçamentárias para o crédito rural.

Coincidentemente ou não, o aquecimento dos investimentos rurais ocorre num momento no qual a escassez de alimentos em esfera mundial gera preocupação aos países mais ricos, significando oportunidade aos emergentes e flagelo aos mais pobres. Diante dessa situação, pressionados pela alta demanda e produção insuficiente, os preços internacionais de produtos agrícolas atingem altos níveis.

Dentro desse contexto, tudo leva a crer que as operações de crédito rural deverão continuar em expansão, amparadas pela crescente necessidade mundial por alimentos e sua possível escalada de preços. Cabe ao SICREDI dar continuidade em seu papel de agregar renda aos associados por auxiliá-los a transformar o espaço rural num local de atividades econômicas múltiplas e dinâmicas, proporcionando-lhes condições dignas de vida, semelhantes ou superiores àquelas das áreas urbanas (BÚRIGO, 2007).

Para que o objetivo acima seja alcançado em sua plenitude, é de vital importância o conhecimento minucioso das características que configuram as operações de crédito já liberadas naquele sentido. As informações resultantes do conjunto de financiamentos já concedidos compõem uma valiosa fonte de dados que pode e deve ser explorada frente ao esperado crescimento em novas concessões.

Nesse sentido o objetivo do presente trabalho foi analisar as operações de crédito para investimento rural com recursos do BNDES no Sicredi Região dos Vales no período de 1º/07/2003 e 31/07/2008. A pesquisa foi realizada no segundo semestre de 2008, tendo como base de dados as operações de crédito liberadas sob os seguintes programas oficiais de crédito de longo prazo no Sicredi Região dos Vales: Finame Agrícola, Linha Especial de Financiamento Agrícola (LEFA), Moderagro, Moderfrota, Moderinfra, Prodeagro, Prodefruta e Pronaf. A amostragem resultou em 2.671 operações de crédito liberadas, que representaram um montante financeiro de R\$ 56.986.333,45.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Conceito de investimento

Este relatório de pesquisa analisa operações de investimentos rurais por meio de recursos repassados, sendo apropriado conceituar inicialmente o termo investimento:

Considera-se investimento a situação na qual ocorre inversão de capital de alguma forma, podendo ser em um projeto novo, na compra de uma empresa existente etc., buscando com isso criação de valor, ou seja, recuperação do valor investido (principal), mais uma rentabilidade do investimento (taxa de juros), em determinado prazo (MOTTA, 2002, p. 34).

O conceito acima não impõe maneiras ou barreiras para se investir, é genérico nesta interpretação, porém pontual em relação ao objetivo de qualquer investimento: a recuperação do valor principal, acrescido de ganhos em um prazo planejado.

Essa flexibilidade em relação à maneira de alocação dos recursos, setor de atuação, prazo, entre outros que o termo investimento propicia, é compartilhada por Gitman (2005), para o qual investimento é um instrumento em que os fundos disponíveis podem ser colocados com a expectativa de que gerarão renda positiva e ou que seu valor será preservado ou aumentado.

A decisão que leva alguém a efetuar um investimento é complexa, passando num primeiro momento pela análise do retorno esperado. [...] Normalmente os investimentos cujos retornos esperados sejam maiores tendem a ser mais atraentes aos investidores. O problema em se deixar levar apenas pela análise de ganho esperado é que lucros futuros nunca são certos (GITMAN, 2005).

Esse fator imprevisível chamado “futuro” poderá acarretar em sérios desapontamentos caso os rumos do setor no qual o investimento foi realizado tome direção oposta ao planejado. Outra premissa dos investimentos é a relação entre risco e retorno, que atuam como forças opostas no processo de análise de investimentos: o lucro ou retorno que se espera do projeto atrai o investidor ao mesmo tempo em que o risco do negócio o repele (SOUZA, 2004).

2.2 Crédito

Crédito pode ser definido na área financeira como uma modalidade de financiamento destinada à realização de negociações entre empresas e clientes (SANTOS, 2000).

A realidade no mundo dos negócios tem demonstrado que as pessoas físicas, o comércio ou a indústria, na sua maioria, não possuem meios financeiros próprios para sanar as necessidades de melhoria, expansão ou ambições consumistas. Em outras palavras, é possível referir que o desenvolvimento da economia, seja ela em qualquer escala, está condicionado às disponibilidades de crédito, que exerce o papel de propulsor aos negócios (RIZZARDO, 2003).

É relevante fazer-se a consideração de outras definições para a palavra crédito. Abaixo o conceito fornecido por Santos (2000, p. 15):

Dentre as várias conceituações, uma linha de raciocínio tem predominado entre os autores: crédito refere-se à troca de um valor presente por uma promessa de reembolso futuro, não necessariamente certo, em virtude do 'fator risco'.

De acordo com Schrickel (1997, p. 25), crédito pode ser definido como:

Crédito é todo ato de vontade ou disposição de alguém de destacar ou ceder, temporariamente, parte de seu patrimônio a um terceiro, com a expectativa de que esta parcela volte a sua posse integralmente, após decorrido o tempo estipulado.

As citações acima permitem o confronto de conceitos entre autores, que neste caso compartilham uma visão muito semelhante para crédito. Isso proporciona uma base mais sólida para a interpretação do termo. Cabe salientar que tanto Santos como Schrickel não deixam de vincular concessões de crédito à incerteza de ressarcimento futuro, valendo-se das expressões “promessa” e “expectativa”, respectivamente.

2.2.1 Crédito rural

O crédito rural pode ser definido como destinação de recursos financeiros com a finalidade de desenvolvimento da produção rural (BARROS, 2000). Os recursos para esse fim podem ser oriundos da União, por meio de seus vários órgãos oficiais ou de instituições bancárias e cooperativas de crédito. Barros (2000, p. 38) traz uma segunda definição, segundo a qual crédito rural pode ser considerado como “[...] dinheiro oficial, ou particular especialmente vinculado, que o governo destina de forma subsidiada ao produtor rural ou às suas cooperativas.”

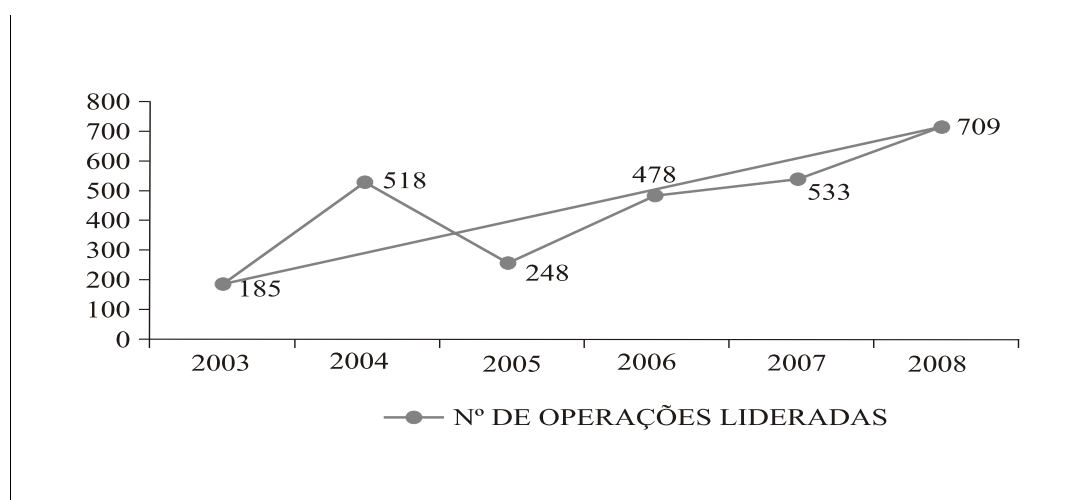
Como órgão regulador de todo o sistema financeiro nacional, o Banco Central do Brasil cita no Manual de Crédito Rural (2008) os tópicos abaixo como os objetivos básicos do crédito rural:

- estimular os investimentos rurais feitos pelos produtores ou por suas associações (cooperativas, condomínios, parcerias etc.);
- favorecer o oportuno e adequado custeio da produção e a comercialização de produtos agropecuários;
- fortalecer o setor rural;
- incentivar a introdução de métodos racionais no sistema de produção, visando ao aumento de produtividade, à melhoria do padrão de vida das populações rurais e à adequada utilização dos recursos naturais.

3 ANÁLISE DOS RESULTADOS

3.1 Análise histórica das liberações

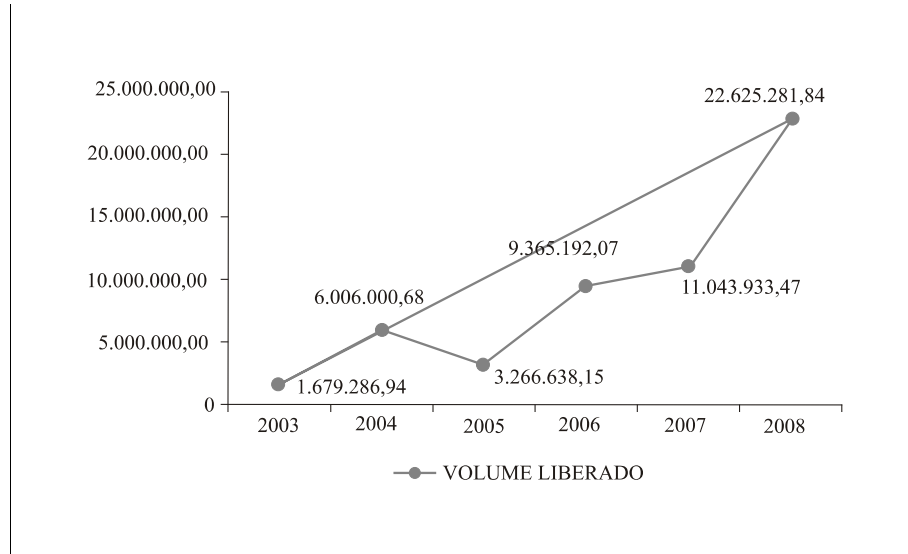
GRÁFICO 1 - Número de operações de crédito liberadas por ano



Fonte: Elaborado pelo autor.

O Gráfico 1 representa o número de operações liberadas anualmente. Entre os seus intervalos é verificada redução apenas de 2004 a 2005, fato que possivelmente está relacionado à forte estiagem que atingiu o Sul do Brasil e afetou os negócios do meio rural. Já em 2006 a linha retoma sua trajetória altista e assim segue até o final da amostragem (31 de julho de 2008), sem qualquer sinal de inversão da tendência.

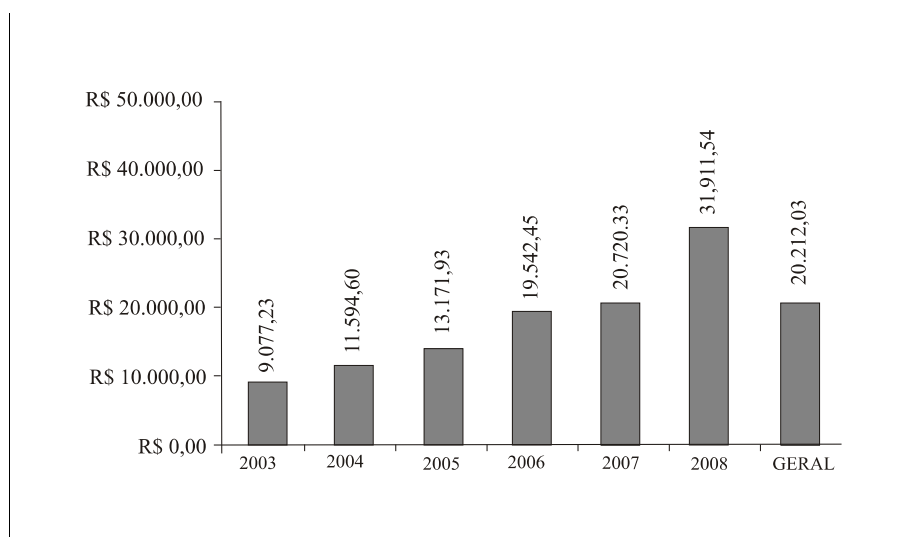
Essa configuração leva a crer que em situação normal, sem as adversidades climáticas como a ocorrida em 2005, deverá se verificar a manutenção do crescimento no número de contratos pelos próximos períodos. Cabe ressaltar que no ano de 2008 estão computadas apenas as operações liberadas até o dia 31 de julho, ou seja, o crescimento de 33,02% verificado em relação ao ano inteiro de 2007 será ainda maior quando consideradas as operações liberadas entre 1º de agosto e 31 de dezembro de 2008.

GRÁFICO 2 - Volume de recursos liberados por ano

Fonte: Elaborado pelo autor.

Em relação aos volumes financeiros liberados anualmente, percebe-se semelhança ao Gráfico 1 nos seguintes aspectos: tendência predominante de crescimento - único intervalo de queda entre 2004 e 2005 e nenhum sinal de reversão da tendência de crescimento. Outro aspecto a ser realçado neste gráfico está situado no intervalo final (2007/2008), quando a reta atinge sua maior inclinação em todo o período de amostragem.

Enquanto o número de operações liberadas no período 2007/2008 cresceu 33,02% (GRÁFICO 1), o volume financeiro liberado atingiu crescimento de 104,87%. O confronto entre esses dois indicadores demonstra que o crescimento do volume financeiro liberado foi aproximadamente três vezes superior ao crescimento do número de contratos liberados.

GRÁFICO 3 - Valor financeiro médio das operações liberadas por ano

Fonte: Elaborado pelo autor.

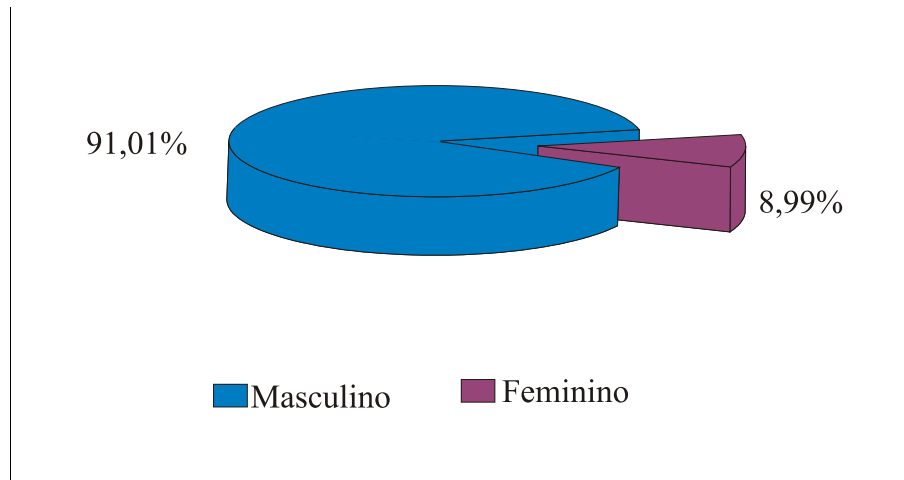
Em relação ao valor médio dos contratos liberados, pode-se constatar uma tendência de crescimento ainda mais sólida, visto que em nenhum intervalo da amostragem houve queda. Mesmo no ano de 2005, quando houve redução no número de operações liberadas (GRÁFICO 1) e no volume financeiro liberado, o valor médio das operações seguiu sua trajetória crescente.

Podem-se sugerir como fatores para esse crescimento anual: a inflação acumulada e a complexidade dos projetos financiados. A inflação acumulada encarrega-se de exigir concessões de crédito mais altas para concretizar um investimento tecnicamente igual em ano anterior. Já o nível de especialização ou tecnologia dos projetos financiados move os valores médios liberados para cima ou para baixo, podendo indicar que estão sendo desenvolvidos projetos mais complexos na região do que em anos anteriores.

Esses provavelmente não são os únicos fatores a influenciar nos valores médios dos contratos, e nem é este o objetivo principal desta pesquisa, sendo útil nas constatações acima a informação de que, em um cenário semelhante ao da amostragem analisada, tende a ser necessário maior volume financeiro para suprir a mesma demanda em número de contratações.

3.2 Perfil dos tomadores de crédito

GRÁFICO 4 - Distribuição dos tomadores por gênero



Fonte: Elaborado pelo autor.

Dentre as 2.671 operações de crédito analisadas nesta pesquisa, 2.431 foram concedidas a homens e 240 a mulheres, dado que demonstra o papel masculino como chefe de família e seu predomínio nas ações de desenvolvimento e sustento das propriedades rurais.

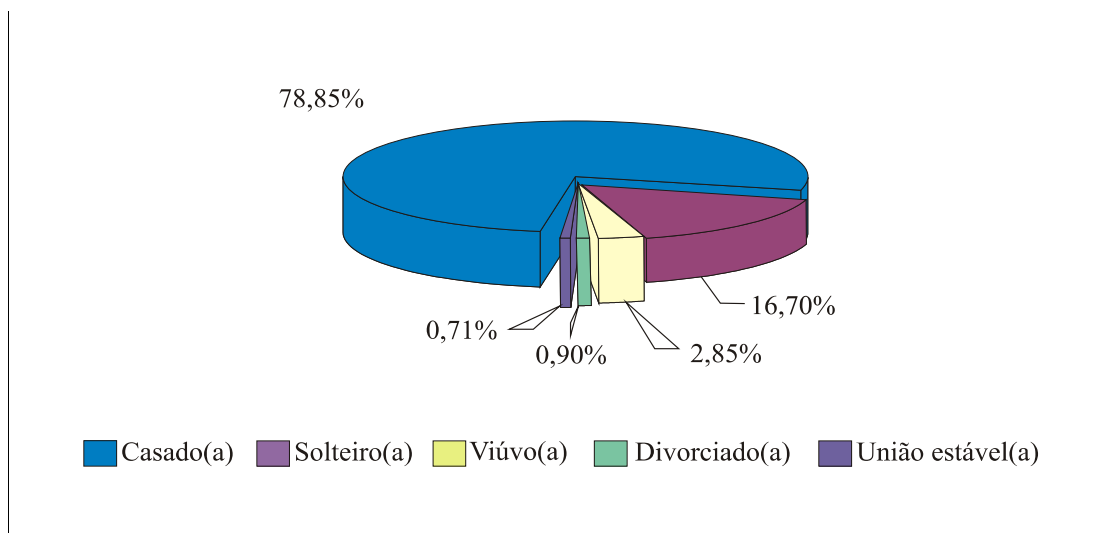
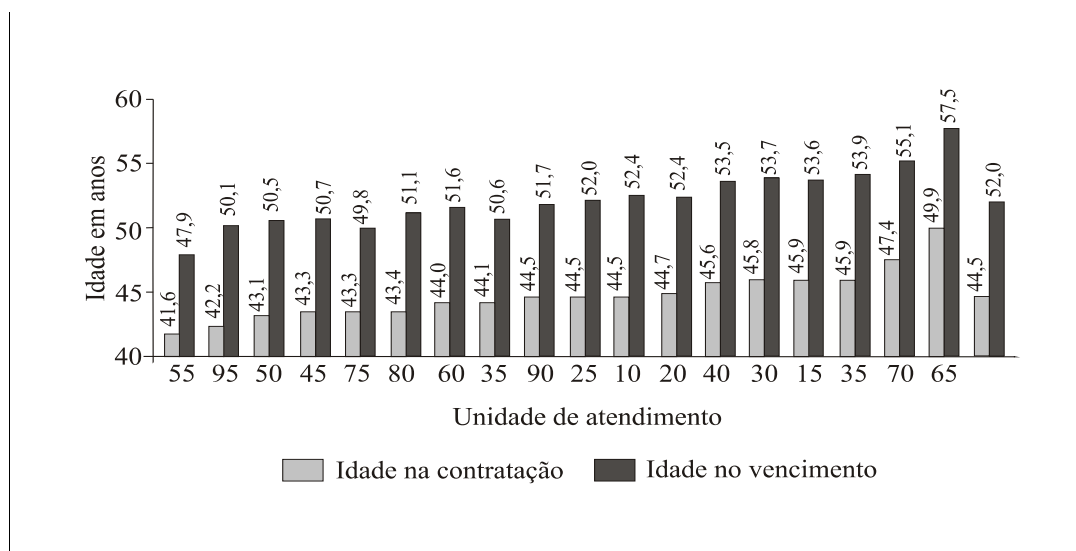


GRÁFICO 5 - Distribuição dos tomadores por estado civil

Fonte: Elaborado pelo autor.

Foram concedidas 2.106 operações a pessoas casadas, 446 a solteiras, 76 a viúvas, 24 a divorciadas e 19 a pessoas em união estável.

GRÁFICO 6 – Idade média dos tomadores por unidade de atendimento no dia de contratação



e no dia de vencimento da operação de crédito

Fonte: Elaborado pelo autor.

O GRÁFICO 6 acima faz uma classificação das unidades de atendimento com base na idade média em que os tomadores de crédito possuíam na data de contratação (dia da celebração do contrato) e vencimento (data prevista para pagamento da última parcela) da operação.

A análise dessas informações permite a visualização de que o município de Relvado (representado no gráfico pelo código “55”) possui os tomadores em média mais jovens (41,6 anos na contratação do crédito) e o município de Muçum (código 65) a média de idade mais elevada (49,9 anos). A idade média geral na cooperativa é de 44,5 anos na data de contratação e de 52,0 anos na data de vencimento da operação de crédito.

TABELA 1 - Distribuição da quantidade de operações liberadas pelo tempo de associação em anos que os tomadores possuem junto à cooperativa

Anos associação	Qtd.	Percentual	% Acumulado
Até 1	462	17,3%	17,3%
2	171	6,4%	23,7%
3	285	10,7%	34,4%
4	257	9,6%	44,0%
5	289	10,8%	54,8%
6	258	9,7%	64,5%
7	291	10,9%	75,4%
8	158	5,9%	81,3%
9	122	4,6%	85,8%
10	126	4,7%	90,6%
11	65	2,4%	93,0%
12	74	2,8%	95,8%
13	38	1,4%	97,2%
14	26	1,0%	98,2%
15	13	0,5%	98,7%
Mais de 15	36	1,3%	100,0%
Total	2671	100,0%	100,0%

Fonte: Elaborada pelo autor.

A TABELA 1 expressa a distribuição da quantidade de operações contratadas pelo tempo em anos de associação que o tomador do crédito possui na cooperativa. De acordo com os dados nela demonstrados, pode-se constatar que mais de 50% das operações liberadas no período amostrado foram concedidas a associados com até cinco anos de vínculo associativo com a cooperativa. Este dado mostra que o Sicredi Região dos Vales tem atraído associados dispostos a investir e que utilizam a cooperativa como meio para este fim.

Em relação aos associados com vínculo superior a 10 anos, estes representam menos de 10% das operações liberadas

Os dados acima servem como indicativo do potencial de negócios que os jovens associados possuem (entenda-se "jovem" como o tempo de associação ao Sicredi e não como

a idade do mutuário), sendo estes, hoje, os grandes tomadores de crédito para investimentos com recursos do BNDES no Sicredi Região dos Vales.

TABELA 2 - Volume de crédito concedido com vencimento final em data em que o tomador possua idade superior à expectativa de vida média no Rio Grande do Sul

Município	R\$ liberado	Percentual	% Total
Anta Gorda	418.168,24	17,26%	17,26%
Putinga	408.574,00	16,87%	34,13%
Encantado	219.512,05	9,06%	43,20%
Roca Sales	201.788,72	8,33%	51,53%
Capitão	199.895,20	8,25%	59,78%
Arroio do Meio	181.535,34	7,49%	67,27%
São Valentim do Sul	161.180,00	6,65%	73,93%
Mucum	156.100,00	6,44%	80,37%
Guaporé	86.416,00	3,57%	83,94%
Vista Alegre do Prata	69.393,96	2,87%	86,81%
Vespasiano Corrêa	61.500,00	2,54%	89,35%
Nova Brécia	59.311,18	2,45%	91,79%
Ilópolis	59.200,00	2,44%	94,24%
Dois Lajeados	53.336,00	2,20%	96,44%
Coqueiro baixo	39.111,50	1,61%	98,06%
União da Serra	30.900,00	1,28%	99,33%
Doutor Ricardo	11.200,00	0,46%	99,79%
Relvado	4.990,00	0,21%	100%
Total	2.422.112,19	100%	100%

Fonte: Elaborada pelo autor.

De acordo com o Atlas Socioeconômico Rio Grande do Sul (Scp), a expectativa de vida média no estado em 2006 foi de 72,4 anos. Considerando a idade dos associados tomadores de crédito no dia de vencimento da última parcela do empréstimo, elaborou-se a tabela acima, que demonstra o volume financeiro liberado por município a pessoas que possuirão idade superior à expectativa de vida média do Rio Grande do Sul (dados de 2006) na data de vencimento da operação.

Todos os municípios da área de atuação do Sicredi Região dos Vales possuem pelo menos um caso nessas condições. Quatro unidades de atendimento são responsáveis pela concentração de mais de 50% dos valores liberados nessas condições, sendo elas: Anta Gorda,

Putinga, Encantado e Roca Sales. Chama a atenção os municípios de Anta Gorda com R\$ 418.168,24 liberados nessa condição e Putinga com R\$ 408.574,00.

A cooperativa possui montante financeiro de R\$ 2.422.112,19 liberados nessa condição, porém considera-se que apenas uma fração desse valor ainda não terá sido paga quando o tomador ultrapassar a expectativa de vida média, isso porque que quando isso ocorrer grande parte das parcelas já terão sido liquidadas.

REFERÊNCIAS

BARROS, Wellington Pacheco. **O contrato e os títulos de crédito rural**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2000.

BÚRIGO, Fábio Luiz. **Cooperativa de crédito rural: agente de desenvolvimento local ou banco comercial de pequeno porte?** Chapecó: Argos, 2007.

GITMAN, Lawrence J. **Princípios de Investimentos**. São Paulo: Pearson Addison Wesley, 2005.

MOTTA, Regis da Rocha. **Análise de investimentos: tomada de decisão em projetos industriais**. São Paulo: Atlas, 2002.

RIZZARDO, Arnaldo. **Contratos de crédito bancário**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2003.

SANTOS, José Odálio dos. **Análise de crédito: empresas e pessoas físicas**. São Paulo: Atlas, 2000.

SCHARDONG, Ademar. **Cooperativa de crédito: instrumento de organização econômica da sociedade**. Porto Alegre: Rigel, 2002.

SCHRICKEL, Wolfgang Kurt. **Análise de crédito: concessão e gerência de empréstimos**. São Paulo: Atlas, 1997.

SCP-RS. Disponível em: <<http://www.scp.rs.gov.br/atlas>>. Acesso em: 25 out. 2008.

SOUZA, Alceu. **Decisões financeiras e análise de investimentos: fundamentos, técnicas e aplicações**. São Paulo: Atlas, 2004.